

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional**

**Período de Análise: 01/05/2015 a 31/05/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Ministro discute parceria para ampliar o programa Mais Alimentos.</b> Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015 .....	4
<b>Segurança alimentar e nutricional ganham destaque em debate entre MDA e Consea</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/05/2015 .....	4
<b>Consea discute políticas públicas com foco na nutrição</b> – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 06/05/2015 .....	5
<b>PAA: Chamada pública vai adquirir 1,98 tonelada de arroz</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 07/05/2015 .....	6
<b>Índice de preços de alimentos da FAO continua a desabar.</b> Fernanda Pressinott, Bettina Barros e Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 08/05/2015 .....	7
<b>Quilombolas fornecerão produtos para alimentação hospitalar.</b> Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/05/2015.....	8
<b>Encontro no Amazonas discute segurança alimentar</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/05/2015 .....	9
<b>PAA: Agricultores familiares receberam R\$ 5,9 milhões em abril</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/05/2015.....	10
<b>MDS apresenta PAA Compra Institucional para UFPA</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/05/2015 .....	10
<b>Campinas inicia mobilização para 5ª Conferência Nacional Alimentar e Nutricional</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/05/2015.....	11
<b>Incentivar a agricultura familiar é o primeiro passo para erradicar a fome</b> – Site do MST. 19/05/2015.....	12
<b>Gestores discutem criação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/05/2015.....	14
<b>Conab compra 874 toneladas de alimentos de agricultores familiares do Amazonas</b> – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/05/2015.....	15
<b>Projeto visa fortalecer debate da soberania alimentar nas escolas dos assentamentos</b> – Site do MST. 21/05/2015.....	16
<b>Agricultores familiares do RN vão fornecer 344 toneladas de alimentos para escolas de Natal</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/05/2015 .....	17
<b>Segurança alimentar e nutricional desperta interesse de cientistas brasileiros</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/05/2015.....	19
<b>Estados e governo federal debatem pacto pela promoção da alimentação saudável</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/05/2015 .....	20

<b>Kátia Abreu: Brasil dará grande contribuição para segurança alimentar mundial</b>	
– Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/05/2015 .	21
<b>Relatório da FAO destaca avanços do Brasil na luta contra fome e pobreza</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/05/2015.....	22
<b>Alimentação saudável e segurança alimentar de povos tradicionais são prioridades para governo federal</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/05/2015 .....	23
<b>Número de pessoas que passam fome no mundo cai para 795 milhões.</b> Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/05/2015 .....	25
<b>Relatório final do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional está disponível online</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/05/2015.....	25
<b>Teresina promove conferência municipal para discutir políticas de segurança alimentar</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/05/2015.....	26
<b>Mais 18 municípios do Paraná aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/05/2015 .....	27
<b>MDS disponibiliza R\$ 34,9 milhões para continuidade do PAA em 74 municípios</b>	
– Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/05/2015 .....	28

## **Ministro discute parceria para ampliar o programa Mais Alimentos. Aline Dias – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015**

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu, nesta segunda-feira (04), o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza para discutir estratégias de ampliação para o programa Mais Alimentos, a fim de estimular a modernização produtiva das propriedades familiares.

Segundo o ministro, o Mais Alimentos permite que a agricultura familiar tenha acesso à tecnologia de ponta, além de fortalecer a indústria interna. “O Mais Alimentos é um programa que têm dado ótimos resultados, que influencia positivamente na vida das famílias e contribui para o desenvolvimento do País. Queremos fortalecer o programa e ampliar a participação no mercado externo. Já temos parcerias com Gana, Senegal, Moçambique, Zimbábue, Quênia e Cuba, por meio do Mais Alimentos Internacional. Vários outros países também desejam aderir ao programa”, ressaltou.

Durante o encontro, o presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, ponderou que o programa teve papel fundamental no crescimento da indústria brasileira de máquinas e na garantia de empregos, além de superar a imagem ultrapassada relacionada à agricultura familiar. “O MDA foi imprescindível para mudar a imagem de que apenas grandes agricultores podiam financiar e utilizar máquinas de alta tecnologia”, disse.

### *Mais Alimentos*

Criado em 2008 pelo MDA, o Mais Alimentos é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia investimentos em infraestrutura produtiva para a agricultura familiar, como a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

O programa fornece crédito a juros de 1% a 2% ao ano, com até três anos de carência, e prazos de até dez anos para pagar. A iniciativa financia projetos individuais de até R\$ 300 mil e coletivos de R\$ 750 mil.

---

## **Segurança alimentar e nutricional ganham destaque em debate entre MDA e Consea – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/05/2015**

O papel da segurança alimentar e nutricional na agricultura familiar e reforma agrária foi um dos temas discutidos pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e representantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Durante a conversa, nesta segunda-feira (4), em Brasília, foi destacada a parceria do ministro e do MDA com o Conselho, bem como a preocupação da pasta com questões que envolvem a terra e a água, importantes para produção de uma alimentação satisfatória.

O ministro apresentou à primeira mulher a presidir o Consea, Maria Emília Lisboa, algumas das prioridades do Governo Federal, salientando o compromisso com a reforma agrária. "Entre as prioridades do Governo estão o assentamento das famílias

acampadas e a transformação desses assentamentos em espaços produtivos, autossustentáveis, espaços de vida", disse.

Patrus Ananias falou também sobre as ações que pretende realizar para melhorar a condição de vida no campo. "A ideia é mobilizar esforços para que a juventude permaneça no campo. Além dos jovens, daremos atenção aos povos e comunidades tradicionais e mulheres, dentre outros", acrescentou.

A presidente do Consea mostrou-se satisfeita com o debate e ressaltou a importância da terra e da água na alimentação dos brasileiros. "Não há segurança e soberania alimentar sem acesso à terra. Foi muito importante ouvir o ministro mencionar a prioridade do direito à terra e deixar claro a preocupação em encontrar uma solução para as famílias acampadas. Isso abre, também, um debate com a sociedade sobre o que representa a função social da terra", pontuou Maria Emília.

#### *Agrotóxicos e transgênicos*

Outro ponto discutido no encontro foi o uso de alimentos transgênicos e com agrotóxicos. "Ao mesmo tempo, que esse assunto nos preocupa, estamos satisfeitos em ver as ações de vários segmentos da sociedade em busca de uma alimentação mais saudável. E o MDA tem tido uma postura muito importante, por meio de debates, sobre o impacto desses alimentos", observou a presidente do Consea.

Maria Emília frisou ainda a importância da aprovação do ministro em relação ao tema da Conferência Nacional do Consea, programada para novembro deste ano, em Brasília (DF). Com o mote 'Comida de verdade no campo e na cidade', o evento contará com conferências municipais, regionais e estaduais, antes da etapa nacional. Estão programados também encontros temáticos, envolvendo a participação de mulheres e de povos e comunidades tradicionais. A expectativa é que cerca de mil pessoas participem da etapa nacional.

---

### **Consea discute políticas públicas com foco na nutrição – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 06/05/2015**

*A FETRAF/BRASIL esteve na plenária do Consea e avalia a importância deste encontro para melhorias na alimentação da população;*

Para discutir as políticas públicas com foco na nutrição, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) realizou, nesta terça (5) e quarta-feira (6), reuniões plenárias, no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto. No primeiro momento, a reunião foi coordenada pela presidenta do Consea, Maria Emília Pacheco.

Durante a plenária, o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS e secretário executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), Arnaldo de Campos, falou sobre o Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional. Apontou também pontos para buscar os grupos populacionais que ainda sofrem com a insegurança alimentar e nutricional e meios para promover políticas públicas e estratégias territoriais que respeitem as especificidades da

população. Esses serão, em sua opinião, os principais desafios de segurança alimentar e nutricional (SAN) no país.

“Outro desafio é a qualidade da alimentação da população. O próximo passo é reforçar as ações educativas para combater o sobrepeso, a obesidade e outras doenças decorrentes da má alimentação. Precisamos também ampliar esforços relacionados ao aumento do acesso e da disponibilidade de alimentos saudáveis, minimamente processados”, afirma Arnaldo de Campos.

Também foram discutidos os resultados do Fórum Participa Brasil, as repercussões na saúde da população do consumo de alimentos contaminados com agrotóxicos e o Ano Internacional do Solo.

Já no segundo dia, a plenária foi marcada pela apresentação do Guia Alimentar do Brasil, por parte do ministério da saúde com a presença inclusive do ministro Arthur Chioro e também do presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Antonio Idilvan de Lima.

O Guia Alimentar do Brasil será lançado nos próximos dias e trará vários aspectos relevantes sobre a perspectiva de consumo de alimentos mais saudáveis, como por exemplo, produtos não processados, não transformados, que reforçam a ideia de que a população brasileira passe a consumir produtos naturais. Isso abre a possibilidade de aumentar a produção da agricultura familiar. A FETRAF/BRASIL acredita que o único modelo capaz de produzir alimentos saudáveis e cumprir com a soberania alimentar no nosso país é um modelo baseado na agricultura familiar. Principalmente o modelo baseado em produções de tecnologia alternativas, sobretudo com práticas agroecológicas.

Marcos Rochinski, coordenador Geral da FETRAF/BRASIL, esteve presente nas plenárias e acha que a segurança alimentar é um dos problemas mais importantes de saúde pública em todo o mundo. "Nos tempos modernos, a distribuição dos alimentos é global, por isso, se um alimento não é saudável, se torna perigoso para a saúde, o risco de disseminação de doença é elevado. A FETRAF se preocupa com o consumidor, com a População. Deseja que todos tenham acesso permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Sempre prezamos por nossa nossa participação no CONSEA por entender que esses são espaços fundamentais de elaboração de propostas que ao longo do tempo trazem grandes resultados de transformação em políticas públicas, com inúmeros benefícios para a população. E de modo bem especial, para nós os agricultores e agricultoras familiares”

---

### **PAA: Chamada pública vai adquirir 1,98 tonelada de arroz – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 07/05/2015**

*Agricultores familiares têm até o dia 20 para confirmar a inscrição*

Brasília, 7 – Agricultores familiares já podem se inscrever para participar da chamada pública da venda de arroz para o governo federal. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Rio Grande do Sul, lançou chamada pública para aquisição de 1,98 tonelada do produto, por meio do

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional. O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Serão adquiridos arroz orgânico branco polido e/ou parboilizado, e arroz convencional dos dois tipos. Os produtos serão destinados às cestas de alimentos distribuídas pelo MDS para as populações em situação de emergência e para os povos e comunidades específicas.

As inscrições deverão ser feitas nos dias úteis – das 8h ao 12h e das 13h30 as 17h30 – até o dia 19 deste mês. No último dia (20), o tempo para inscrição será reduzido, podendo ser feita até as 12h. A abertura, a análise e a classificação das propostas estão marcadas para 14h do dia 20 na Superintendência da Conab no Rio Grande do Sul.

O limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente de já fornecer a outras modalidades do PAA ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Já o limite de cooperativas ou associações é de R\$ 6 milhões por DAP Jurídica.

---

### **Índice de preços de alimentos da FAO continua a desabar. Fernanda Pressinott, Bettina Barros e Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 08/05/2015**

Em queda contínua desde o ano passado, o índice de preços globais de alimentos da FAO, braço das Nações Unidas para alimentação e agricultura, por enquanto caminha para fechar 2015 no mais baixo patamar desde 2010. Entre outros reflexos, a entidade destaca que a tendência deverá reduzir a fatura das importações mundiais de alimentos ao menor nível também em cinco anos.

Com mais uma retração no mês passado, de 1,2% em relação a março, o indicador chegou a 171 pontos, ante os 211,5 pontos de abril do ano passado. O índice encerrou 2014 em 201,8 pontos, já abaixo de 2013 (209,8), 2012 (213,3) e 2011 (229,9), ano em que alcançou seu pico histórico. Como a relação entre oferta e demanda continua confortável em grande parte das cadeias produtivas, a FAO não vê espaço para recuperações expressivas dos preços dos alimentos nos próximos meses - ainda que a valorização do dólar tenha dado sinais de arrefecimento, o que abre espaço para ajustes altistas.

Exemplo dessa "folga" maior que nos últimos anos é o mercado de cereais, básicos para a alimentação humana e animal. Conforme novas projeções divulgadas também ontem, a FAO passou a prever os estoques finais do segmento, puxado por milho, trigo e arroz, em 645,6 milhões de toneladas nesta safra 2014/15, volume 5,9% superior ao do ciclo 2013/14. Para a próxima temporada (2015/16), que terá início em setembro, a entidade prevê que os estoques finais recuarão para 626,6 milhões de toneladas, ainda um volume elevado, equivalente a 25,9% da demanda global estimada.

Não por coincidência, o indicador da FAO que mensura especificamente as oscilações dos preços globais dos cereais registrou em abril sua quarta queda mensal consecutiva. Desceu para 167,6 pontos, 1,3% menos que em março e nível equivalente à média apurada em 2009 (170,2). Nessa frente, o recorde foi em 2011 (240,9), quando os

cereais foram fundamentais para a máxima história do indicador geral. Em 2012 já houve uma queda para 236,1 pontos, que se tornou mais aguda em 2013 (219,3) e em 2014 (191,9).

Mas nos demais segmentos monitorados pela FAO os preços seguem igualmente em queda, exceto no caso das carnes, muito em função da oferta mais escassa em grandes produtores como o Brasil. O indicador que mede as variações dos óleos vegetais - e que serve de termômetro para a soja, que é uma oleaginosa - baixou para 150,2 pontos em abril, também o menor nível desde 2008, ao passo que o do açúcar caiu para 185,5 pontos em abril, patamar mais baixo desde 2008. No caso dos lácteos, o recuo foi para 172,4 pontos, piso desde meados de 2006.

As carnes fugiram à regra e registraram recuperação. Mas nada do outro planeta. O indicador da FAO que mede especificamente os preços no segmento subiu para 178 pontos no mês passado, ante 190,4 em abril de 2014. Em relação às médias dos últimos anos, o resultado do mês passado é o menor desde 2010.

---

### **Quilombolas fornecerão produtos para alimentação hospitalar. Jalila Arabi – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/05/2015**

Batata doce, abóbora, alho nacional, feijão preto e arroz polido são alimentos que estão na lista produtos que serão fornecidos por agricultores quilombolas gaúchos, ao Grupo Hospitalar Conceição (RS). E para oficializar a compra, será assinado, nesta quarta-feira (13), um Termo de Adesão para formalizar a compra.

“Isso vai representar para essas comunidades quilombolas a possibilidade de um mercado importante, o de compras públicas. Um dos principais gargalos que essas comunidades enfrentam é o problema da comercialização. Na medida em que o hospital garante essa comercialização, melhora a renda desses agricultores quilombolas e abre novas possibilidades para qualificação da produção”, afirma o coordenador de Políticas para Comunidades Quilombolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Quêner Chaves dos Santos.

O valor da chamada pública para cada comunidade que fornecer os alimentos será de R\$ 20 mil, por um período de três meses. Pela primeira vez, comunidades quilombolas participam desse processo. “De modo geral, as chamadas envolvem a agricultura familiar e esse público quilombola, geralmente, tem dificuldade de acessar esse mercado. O fato inovador dessa chamada é ela ser direcionada para as comunidades quilombolas”, comenta Quêner.

#### *Alimentação e saúde*

Mesmo com uma produção ainda modesta, Antônio Leonel Rodrigues Soares, 46 anos, viu no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, a chance de crescer. Antônio é agricultor quilombola do interior de Pelotas (RS) e, junto com outros companheiros da comunidade, vai fornecer cinco tipos de alimentos plantados de forma agroecológica para o Grupo Hospitalar Conceição (RS). O objetivo é que os pacientes do hospital tenham uma alimentação mais saudável, com produtos diretos do campo.



Antônio Leonel diz que toda a família ajuda no processo de produção. Ele, que mora em uma comunidade com mais 64 famílias, está se planejando para criar uma cooperativa, que, segundo ele, facilitará em outras vendas. “Não sabíamos que teríamos essa possibilidade de mercado. Quando soubemos, tentamos entregar o que já produzíamos. Estamos nos planejando para atender o mercado e, também, ajudar a comunidade”, explica o quilombola que é coordenador da Federação das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul ao defender que a alimentação influencia na saúde.

“Nossas comunidades quilombolas sempre produziram de forma agroecológica e a produção de alimentos naturais é importante para os hospitais, porque saúde e alimentação andam juntas”, defende Leonel.

### *Histórico*

Em dezembro de 2014, o MDA realizou uma oficina no Rio Grande do Sul com comunidades quilombolas, com o objetivo de aumentar a comercialização desse público no mercado institucional, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). “A partir dessa oficina, construímos a possibilidade de fazer uma chamada específica para os quilombolas”, explica Quêner.

As oficinas foram uma parceria com o Incra, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (Seppir), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

---

## **Encontro no Amazonas discute segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/05/2015**

*Objetivo é mobilizar os municípios amazonenses para a realização de conferências locais*

Brasília, 14 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) participa, neste sábado (16), em Manaus (AM), de encontro promovido pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan-AM). O objetivo é mobilizar os municípios amazonenses para a realização das conferências municipais de segurança alimentar e nutricional. Esses encontros são preparatórios para 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada em novembro deste ano, em Brasília.

Segundo o coordenador-geral substituto de Apoio à Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, (MDS), Élcio Magalhães, os encontros preparatórios são oportunidades para os municípios “participarem de todo o processo de reflexão sobre a situação alimentar do país e construção de propostas para as políticas públicas, iniciando o debate a partir da sua realidade local e contribuindo para o ponto mais alto que acontecerá na conferência nacional”.

O encontro no Amazonas, organizado em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas e realizada à distância pela plataforma IPTV (à distância) da Rede

TeleSaúde. “Na região Amazônica temos uma importante parceria com a Universidade Estadual do Amazonas que atua também nos estados de Roraima, Rondônia e Acre. Eles têm uma infraestrutura muito boa de webconferência e campi descentralizados, o que facilita o diálogo entre a universidade e os agentes locais que vão replicar as informações para quem não tem acesso à internet.”

Sobre o tema da conferência nacional “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, Élcio lembra que o momento “é de repensarmos quais seriam as pautas para a segurança alimentar”. “Neste sentido, o tema possibilita a discussão sobre a qualidade dos alimentos, leva as pessoas a refletirem sobre o que elas estão comendo e como avançamos e pensamos em também para pensarmos na construção de políticas públicas que ajudem a melhorar o alimento para nossa população.”

---

### **PAA: Agricultores familiares receberam R\$ 5,9 milhões em abril – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 14/05/2015**

*Mais de 3,3 mil famílias foram beneficiadas pelo programa que fortalece as cadeias produtivas locais de agricultura familiar*

Brasília, 13 – Os agricultores familiares que venderam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea, receberam em abril R\$ 5,9 milhões do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No total, 3.323 agricultores familiares, registradas no programa pelas prefeituras e governos estaduais, comercializaram alimentos.

O PAA tem o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas locais de agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e nas instituições públicas ou filantrópicas de ensino.

No mês de abril, as adesões municipais foram responsáveis pela maior parte do repasse: foram 3.222 agricultores em 112 municípios.

Os recursos são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA ou utilizá-lo em operações de débito.

Os pagamentos são feitos regularmente todo mês, o que permite que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos. A operação do programa também evita o desabastecimento das entidades que recebem os alimentos.

---

### **MDS apresenta PAA Compra Institucional para UFPA – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/05/2015**

*Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos é mais uma possibilidade de comercialização para agricultores familiares de todo o país*

Brasília, 18 – O governo federal criou há três anos uma nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores de todo o país: a modalidade Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O modelo permitiu que municípios, estados e órgãos federais comprem seus produtos de forma simplificada, por meio de chamadas públicas, e sem necessidade de licitação.

Para apresentar a modalidade à Universidade Federal do Pará (UFPA), o MDS participa de encontro nesta terça-feira (19), em Belém (PA). Na ocasião, representantes da universidade, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará e de oito prefeituras vão conhecer detalhes sobre a implementação e a execução da Compra Institucional.

Segundo a analista técnica de políticas sociais do MDS Viviane Albuquerque, a apresentação é um importante caminho para o fortalecimento da agricultura familiar no Pará. “Esse é o primeiro passo para a implementação do PAA na UFPA.”

As universidades federais de Viçosa (MG), do Paraná e de Santa Maria (RS) já compraram produtos da agricultura familiar graças à Compra Institucional. As compras são direcionadas para os restaurantes universitários. A Fundação de Apoio Universitário da Universidade Federal de Pelotas (RS) também adquiriu alimentos pela modalidade. Desde 2012, as universidades compraram mais de R\$ 1,7 milhão em produtos.

Até o momento, aproximadamente 60 organizações da agricultura familiar já venderam mais de R\$ 67,8 milhões em produtos na modalidade. Os alimentos são adquiridos por universidades federais, Ministério da Defesa, hospitais públicos e presídios além de alguns estados e municípios.

Agenda – Em Belém, a representante do MDS participa também da abertura do I Fórum de Alimentação Estudantil: Restaurante Universitário e Políticas de acesso. O evento será promovido nesta quarta-feira (20), na UFPA. Viviane vai apresentar o tema “Compras Pública e Desenvolvimento Local”.

---

### **Campinas inicia mobilização para 5ª Conferência Nacional Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/05/2015**

*Evento será nesta terça-feira (19) com objetivo de ampliar e fortalecer as políticas públicas para a área*

Brasília, 18 – Para ampliar e fortalecer as políticas de segurança alimentar e nutricional, o município de Campinas (SP) promove nesta terça-feira (19) a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento será realizado das 9h às 18h, no Instituto de Tecnologia de Alimentos. Os debates são preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), marcada para novembro, em Brasília.

Durante o evento, a coordenadora-geral de monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS), Carmem Priscila Bocchi, vai falar sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). A coordenadora lembra que o país avançou na redução da fome e na garantia da segurança alimentar, mas existem novos desafios. “Agora temos que reduzir a insegurança alimentar das populações vulneráveis (índios, moradores de rua e outros), reduzir a obesidade, resultante da alimentação inadequada e ampliar a oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis.”

Qualquer pessoa pode participar da conferência municipal. São esperados representantes do poder público, segmentos educacionais, redes e fóruns, conselhos, setores sociais e entidades que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), além de profissionais e pessoas interessadas pelo tema.

Conferência nacional – Com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será promovida entre os dias 3 e 6 de novembro, com a participação dos governos municipais, estaduais e federal, e da sociedade civil.

A 5ª CNSAN deverá contribuir para a construção de um balanço participativo da condição da segurança alimentar no país e também propor ações que promovam avanços na implementação da PNSAN e na consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Antes do encontro nacional, prefeituras e governos estaduais promoverão as conferências municipais, regionais ou territoriais e as estaduais. As conferências municipais devem ser realizadas até o dia 30 de junho. As estaduais até 15 de agosto.

---

### **Incentivar a agricultura familiar é o primeiro passo para erradicar a fome – Site do MST. 19/05/2015**

*Nove em cada dez das 570 milhões de propriedades agrícolas no mundo são geridas pela agricultura familiar*

Da HU On-Line

A agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos no mundo. A prevalência e a produção significam que “são vitais para a solução do problema da fome”, que atinge mais de 800 milhões de pessoas, escreveu o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, na introdução do novo relatório da FAO de 2014 sobre o Estado da Alimentação e da Agricultura (SOFA 2014).

A agricultura familiar é também guardiã de cerca de 75% de todos os recursos agrícolas do mundo e, portanto, é fundamental para a melhoria da sustentabilidade ecológica e dos recursos. Estão também entre os mais vulneráveis às consequências do esgotamento dos recursos e às alterações climáticas.

Embora as evidências mostrem rendimentos impressionantes em terras geridas por agricultores familiares, muitas propriedades de menor escala são incapazes de produzir o suficiente para garantir meios de subsistência decentes para as famílias.

A agricultura familiar é, assim, confrontada com um triplo desafio: o aumento do rendimento agrícola para responder à necessidade mundial de segurança alimentar e de

uma melhor nutrição; a sustentabilidade ambiental para proteger o planeta e para garantir a própria capacidade produtiva; e o aumento da produtividade e a diversificação dos meios de subsistência que lhes permita sair da pobreza e da fome. De acordo com o relatório SOFA, todos esses desafios implicam que os agricultores familiares têm de inovar.

“Em todos os casos, os agricultores familiares precisam ser líderes de inovação, pois só assim podem apropriar-se do processo e garantir que as soluções oferecidas respondem às necessidades”, afirmou Graziano da Silva. “A agricultura familiar é um componente essencial dos sistemas alimentares saudáveis de que precisamos para levar uma vida mais saudável.”

O relatório chama a atenção do setor público, das organizações da sociedade civil e setor privado, para trabalhar com os agricultores, no sentido de melhorar os sistemas de inovação para a agricultura. Os sistemas de inovação agrícola incluem todas as instituições e atores que apoiam os agricultores no desenvolvimento e na adoção de melhores formas de trabalhar no mundo cada vez mais complexo de hoje. A capacidade de inovação deve ser promovida a vários níveis, com incentivos para os agricultores, investigadores, prestadores de serviços de assessoria e cadeias de valor integradas para interagir e criar redes e parcerias que permitam partilhar informações, segundo o SOFA.

Os responsáveis pelas políticas devem considerar também a diversidade da agricultura familiar em termos de tamanho, das tecnologias utilizadas, e da integração nos mercados, bem como as configurações ecológicas e socioeconômicas. Essa diversidade significa que os agricultores precisam de coisas diferentes dos sistemas de inovação. Ainda assim, todas as explorações agrícolas precisam de melhor governança, estabilidade macroeconômica, infraestruturas de mercado físicas e institucionais, educação, bem como de melhor investigação agrícola básica, de acordo com o SOFA.

O investimento público em pesquisas agrícolas, bem como em serviços de extensão e assessoria – que devem ser mais participativos – devem ser incrementados para enfatizar a intensificação sustentável e acabar com as diferenças de rendimento e produtividade da mão-de-obra que caracterizam os setores agrícolas em muitos países em desenvolvimento.

Embora os estudos agrícolas sejam feitos por empresas privadas na maioria dos casos, o investimento do setor público é indispensável para assegurar a pesquisa em áreas de pouco interesse para o setor privado – como pesquisa básica, culturas órfãs, ou práticas de produção sustentáveis. Essa pesquisa constitui um bem público com muitos potenciais beneficiários.

### *A agricultura familiar é vital*

O relatório da FAO oferece um diverso conjunto de novos dados sobre a agricultura familiar. A maioria das propriedades agrícolas familiares é pequena. Oitenta e quatro por cento das culturas de todo o mundo têm menos de dois hectares. No entanto, o tamanho das propriedades agrícolas varia amplamente. De fato, as propriedades agrícolas com mais de 50 hectares – incluindo muitas de agricultores familiares – ocupam dois terços das terras agrícolas do mundo.

Em muitos países de elevado rendimento e de rendimento médio superior, as grandes propriedades agrícolas, responsáveis pela maior parte da produção agrícola, detêm também a maior parte das terras agrícolas. Mas, na maioria dos países de baixo rendimento e de rendimento médio inferior, as pequenas e médias propriedades agrícolas ocupam grande parte das terras para o cultivo e produzem a maioria dos alimentos.

As pequenas propriedades produzem uma proporção maior de alimentos no mundo em relação à quantidade de terras de que usufruem, já que tendem a ter rendimentos mais elevados do que explorações agrícolas com maiores dimensões dentro dos mesmos países e ambientes agro-ecológicos.

No entanto, a maior produtividade da terra na agricultura familiar implica uma menor produtividade ao nível da mão-de-obra, o que perpetua a pobreza e impede o desenvolvimento. Grande parte da produção mundial de alimentos envolve trabalho não remunerado realizado por membros da família.

O relatório sublinha que é imprescindível aumentar a produção por trabalhador, especialmente nos países de baixo rendimento, a fim de aumentar os rendimentos agrícolas e de promover o bem-estar econômico nas zonas rurais em geral.

Atualmente, a dimensão das propriedades agrícolas está cada vez menor na maioria dos países em desenvolvimento, onde muitas famílias rurais de pequenos agricultores obtêm a maior parte do rendimento a partir de atividades não-agrícolas.

As políticas devem aumentar o acesso a fatores de produção, como sementes e fertilizantes, bem como aos mercados e ao crédito, de acordo com o SOFA.

Organizações de produtores eficazes e inclusivas podem apoiar a inovação dos cooperados, ajudando-os a ter acesso aos mercados, e a facilitar as ligações com os outros no sistema de inovação, além de garantir que os agricultores familiares tenham uma voz na formulação de políticas, destaca o relatório.

Para incentivar os agricultores familiares a investir em práticas agrícolas sustentáveis, que muitas vezes têm elevados custos e longos períodos de amortização, as autoridades devem procurar criar um ambiente favorável para a inovação.

Políticas destinadas a catalisar a inovação terão de ir além da transferência de tecnologia, de acordo com o SOFA. Têm também de ser inclusivas e adaptadas a contextos locais, para que os agricultores sejam proprietários da inovação, e de ter em consideração as questões intergeracionais e de gênero, envolvendo a juventude no futuro do setor agrícola.

---

### **Gestores discutem criação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/05/2015**

*Oficina regional no Rio de Janeiro é a primeira com a participação de representantes de bancos de alimentos privados e públicos*

Brasília, 19 – Gestores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo participam nesta quinta-feira (21) e sexta-feira (22), no Rio de Janeiro (RJ), da Oficina Regional da

Rede Brasileira de Banco de Alimentos. Esta é a primeira vez que representantes dos bancos de alimentos privados participam dos debates. O encontro será promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Sesc/Mesa Brasil e Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul.

O objetivo das oficinas regionais é promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos com a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, por meio da troca de experiências e informações. Além disso, a iniciativa vai contribuir para o desenvolvimento ordenado da atividade.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, ressalta que a construção de uma rede nacional irá fortalecer e integrar as ações de bancos de alimentos no país. “A Rede de Banco de Alimentos busca articular as iniciativas públicas e privadas, de modo a aumentar a capacidade umas das outras. Isso vai produzir um resultado mais robusto no que diz respeito ao direito humano à alimentação e à redução do desperdício de alimentos”, afirma.

Atualmente, existem 115 bancos de alimentos financiados pelo MDS e 105 da iniciativa privada. Esses equipamentos atuam no recebimento de doações de produtos considerados fora dos padrões para a comercialização, mas adequados ao consumo. Os alimentos são repassados a instituições da sociedade civil sem fins lucrativos que produzem e distribuem refeições gratuitamente a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

---

### **Conab compra 874 toneladas de alimentos de agricultores familiares do Amazonas – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/05/2015**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas, comprou 874 toneladas de alimentos regionais nos últimos dois meses. Foram beneficiados agricultores familiares dos municípios de Manacapuru, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Iranduba, Tapauá e Presidente Figueredo. A ação foi executada por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Entre os alimentos adquiridos pela Conab estão abóbora (332 toneladas), Banana (269 toneladas), melancia (35 toneladas), milho verde (116 toneladas), mandioca (117 toneladas), e mamão (5 toneladas). De acordo com o superintendente da Conab no Amazonas, Antônio Batista, a ação ajudou a reduzir o desperdício de alimentos em decorrência das enchentes no estado.

Os produtos se destinam a instituições sociais que priorizam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, tais como Associação Fazendo Amigos, Paróquia Cristo Libertador (Pastoral da Criança), Casa Mamã Margarida, Comunidade São Francisco de Assis, entre outras.

Roselande Vieira, representante da Casa Mamã Margarida, destaca que alimentos doados incrementam no cardápio de cerca de 260 crianças e adolescentes de baixa renda. "Os alimentos recebidos através da parceria entre a Conab e o Mesa-Brasil/ Sesc

tem contribuído no fortalecimento nutricional dessas crianças", afirma. Segundo Monick Santos, nutricionista do Mesa-Brasil, o PAA é responsável por 95% das ações que envolvem a distribuição de alimentos pelo do projeto.

---

### **Projeto visa fortalecer debate da soberania alimentar nas escolas dos assentamentos – Site do MST. 21/05/2015**

*A experiência piloto abarcará dez escolas no Ceará, ao resgatar a agroecologia, o uso pedagógico das hortas escolares e recuperar a memória histórica e cultural sobre os referencias alimentares locais*

Por Elitiel Guedes

Da Página do MST

Entre os dias 20 a 21 de maio, os Sem Terra do estado do Ceará participam do planejamento do projeto Crianças Construindo Soberania Alimentar II e a construção da metodologia dos projetos políticos e pedagógicos das Escolas de Ensino Fundamental dos Assentamentos da Reforma Agrária no estado.

A ideia do projeto é contribuir na construção do bem viver, com foco na soberania alimentar das crianças, mães e famílias assentadas da Reforma Agrária no estado do Ceará.

Segundo Vera Mariano, do coletivo estadual de educação do MST, o projeto dialoga com o atual momento da luta pela terra, em que a questão central a ser enfrentada é o modelo de produção e consumo, representado pelo agronegócio, que ameaça a segurança e soberania alimentar e nutricional, sobretudo das populações socialmente mais vulneráveis.

A importância do debate sobre agroecologia dentro das escolas e a discussão do modelo de produção está vinculado às práticas sociais, políticas e culturais dos assentamentos, com a finalidade de fortalecer uma alimentação escolar com foco na soberania alimentar. A expectativa é que esse debate não fique somente nas escolas dos assentamentos, mas que se amplie para outros espaços sociais.

O objetivo é que esse processo atinja 2.698 crianças de 45 comunidades de assentamentos de 14 municípios, como foco na agroecologia e na ação multiplicadora das escolas locais.

O projeto é uma parceria entre o setor de educação do MST, a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceara (ACACE) e a We Would.

Para José Marques, gestor de projetos e programas do We Wold, e que atua na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e contra a violência contra a mulher, o tema é de grande importância para sensibilizar os territórios sobre a educação do campo, articulada com a soberania alimentar com foco na agroecologia.

Para ele, o projeto busca trabalhar um programa de alimentação dentro dos projetos políticos pedagógicos das escolas dos assentamentos da Reforma Agrária, já que se pretende construir as diretrizes da alimentação escolar.



Neste sentido, o projeto trabalha sob um programa de educação alimentar e nutricional, articulando famílias assentadas, escolas e secretarias municipais de educação, com o objetivo de encarar a problemática do bem viver e da segurança e soberania alimentar.

A experiência piloto abará dez escolas com dois focos principais: resgatar a agroecológico e o uso pedagógico das hortas escolares, além de recuperar a memória histórica e cultural sobre os referencias alimentares locais.

Para Andréia Castro, da coordenação pedagógica do projeto e do coletivo estadual do MST, a educação do campo e a agroecologia norteiam a concepção político pedagógica do projeto no processo de formação humana e social, ao recorrer a um processo histórico e de fortalecimento da cultura camponesa, de seu modo de vida, desafios e de suas lutas.

---

### **Agricultores familiares do RN vão fornecer 344 toneladas de alimentos para escolas de Natal – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 21/05/2015**

Duas cooperativas e duas associações de agricultores familiares do Rio Grande do Norte vão fornecer, em 2015, 344 toneladas de produtos para a alimentação de 45 mil alunos de 119 escolas da rede municipal de educação de Natal. Os contratos com a prefeitura de Natal, no valor de R\$ 1 milhão, segundo a representante da Secretaria de Educação do município, Fernanda Jales, foram assinados nesta terça-feira (19), durante o Encontro Estadual Sobre Sementes Crioulas – Políticas públicas e estratégias para acesso e consolidação no RN, realizado na Escola de Governo do Rio Grande do Norte, na capital do estado.

O encontro foi fruto de uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater/RN) e contou com a presença de agricultores familiares, quilombolas, indígenas, estudantes de graduação e pós-graduação, representantes dos órgãos parceiros, além do delegado federal do MDA/RN, Dário Alves de Andrade, do superintendente do Incra/RN, Vinícius Ferreira da Araújo, e da superintendente substituta e chefe da Divisão de Administração da autarquia no estado, Leilianne Duarte Gurgel D'Ávila.

O objetivo do evento foi contribuir para o resgate e a valorização dos materiais genéticos locais que ainda são cultivados por famílias de agricultores familiares no Rio Grande do Norte. As sementes crioulas passam por um processo de seleção de características – resistência à seca, tempo de colheita, tempo de conservação pós-colheita, aceitação na alimentação humana e animal –, que as tornam importantes para a conservação da biodiversidade e para a segurança alimentar das famílias.

O encontro começou com a exibição de experiências bem-sucedidas de cultivo de sementes crioulas no Nordeste. Em seguida, foram discutidos o cenário e as perspectivas no Rio Grande do Norte, com a participação de técnicos da Emater/RN, agricultores familiares e representantes da Articulação Semiárido do Rio Grande do Norte (ASA Potiguar).

Representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresentaram um painel sobre a ação e o alcance da nova modalidade Aquisição de Sementes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Houve ainda uma mostra e troca de sementes crioulas mantidas pelos agricultores familiares que participaram do encontro.

### *Desafios da sustentabilidade*

Segundo o diretor-geral da Emater/RN, César José de Oliveira, a conservação das sementes crioulas é fundamental para o estado, que possui quase a totalidade de seu território na região do Semiárido. “É importante que ocorra uma discussão sobre o tema pois mais de 90% da área geográfica do nosso estado está inserida no Semiárido. Isso não quer dizer que seja inviável produzir em locais como este, mas é necessário chamar a atenção para a necessidade de um processo de ocupação desse espaço e produção olhando desafios da sustentabilidade socioambiental do sistema de produção utilizado”, afirmou.

“Com o tempo, o governo passou a dar as sementes e alguns agricultores foram perdendo o costume de estocar suas próprias sementes. Esperavam o corte de terra feito pelo governo, o que muitas vezes atrasava a plantação. Agora, estamos recebendo apoio para o cultivo das sementes crioulas e os agricultores voltaram a preservar suas sementes”, contou o agricultor Manoel Batista dos Santos, que é presidente da Associação Quilombola dos Moradores de Capoeiras, em Macaíba – comunidade cuja área se encontra em processo de regularização pelo Incra/RN.

O engenheiro agrônomo da Emater Victor Hugo Pedraça Dias defendeu a necessidade de ser escolhido um nome próprio para as sementes crioulas no Rio Grande do Norte. “Assim como a Paraíba, com a semente da 'Paixão', e outros estados, nós também precisamos dar um nome para as nossas sementes”, disse Dias.

O Encontro Estadual Sobre Sementes Crioulas contou ainda com o apoio do Incra, da Asa Potiguar, da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Conab, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Norte (Fetraf/RN), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (Fetarn), da Secretaria Estadual da Agricultura, da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária (Seara) e do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (RN Sustentável).

### *Alimentação escolar*

As quatro cooperativas da agricultura familiar que irão fornecer produtos para a alimentação de estudantes norte-riograndenses foram selecionadas pela prefeitura de Natal por meio de chamada pública realizada pela Secretaria de Educação do Município.

“O contrato com a prefeitura de Natal vai dinamizar a economia e a organização dos agricultores familiares, bem como melhorar a qualidade da alimentação servida aos alunos”, afirmou o delegado federal do MDA/RN, Dário Andrade.

As entidades selecionadas para o fornecimento de alimentos à prefeitura são a Cooperativa de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidaria da Região do Mato Grande (Cooafes), a Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade de Campinas (AFCC), a Associação dos Produtores do Vale de Extremoz (Assoprov) e a Cooperativa dos Produtores Rurais de Guanduba (Guancoop).

#### *PAA Sementes*

As sementes adquiridas pelo Governo Federal através do PAA Sementes serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

As associações e cooperativas representantes dessas famílias deverão apresentar suas demandas a um dos órgãos definidos no decreto de criação do PAA Sementes: MDA, Incra, Funai, Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Chico Mendes (ICMBIO), além das Secretarias Estaduais de Agricultura ou empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Esses órgãos serão responsáveis pela elaboração de um Plano de Distribuição, que será enviado à Conab e servirá de referência para a aquisição das sementes. Cabe a eles também receber e distribuir as sementes adquiridas.

Os processos de aquisição pela Conab poderão ser feitos diretamente com as organizações de produtores – até R\$ 500 mil – ou por meio de chamada pública – para contratos a partir de R\$ 500 mil. Cada organização poderá fornecer até R\$ 6 milhões por ano ao PAA Sementes, sendo que o limite por agricultor será de R\$ 16 mil anuais. As regras e formulários da modalidade Aquisição de Sementes estão no Manual de Operações da

---

#### **Segurança alimentar e nutricional desperta interesse de cientistas brasileiros – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 22/05/2015**

*Temática foi escolhida para a 28ª edição do Prêmio Jovem Cientista. Os vencedores da premiação foram divulgados na quinta-feira (21)*

Brasília, 22 – A segurança alimentar e nutricional, tema da 28ª edição do Prêmio Jovem Cientista, despertou o interesse de estudantes e instituições de ensino que participaram da premiação, mostrando que a temática vem ganhando espaço importante no país. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgou, nessa quinta-feira (21), os vencedores do prêmio, que recebeu mais de 1,9 mil pesquisas inscritas. Desse total, 341 disputaram a categoria Mestre e Doutor, 274 Ensino Superior, e 1.305 concorreram na categoria Ensino Médio. Os contemplados são do Ceará, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

A área da segurança alimentar e nutricional apresentou importantes resultados nos últimos anos. O Brasil já tem a primeira geração de crianças que não sabem o que é

fome, com acesso à escola e a serviços. Além disso, o índice de desnutrição aguda – déficit de peso para a idade – em crianças menores de cinco anos é inferior a 1,8%.

Outra conquista da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil foi a criação e a consolidação de uma política de aquisição de alimentos da agricultura familiar para suprir os mercados institucionais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a compra dos 30% da agricultura familiar para o abastecimento da alimentação escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) têm demonstrado o quanto foi acertada a criação de uma política de comercialização para a agricultura familiar no país. Com investimentos de R\$ 3,3 bilhões, o Pnae já beneficiou 43 milhões de estudantes da rede pública. Além disso, mais de 81% dos estados e municípios compram produtos da agricultura familiar.

O Prêmio Jovem Cientista é uma iniciativa do CNPq, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, e conta com patrocínio da Gerdau e da BG Brasil. Criada em 1981, a premiação tem o propósito de incentivar a pesquisa e a inovação no país e é considerada um dos mais importantes reconhecimentos aos cientistas brasileiros.

---

**Estados e governo federal debatem pacto pela promoção da alimentação saudável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/05/2015**

*O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome apresentou proposta de construção de um pacto federativo durante o 10º Encontro das Caisans*

Brasília, 25 – O 10º Encontro das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans) promoveu, na quinta-feira (21) e sexta-feira (22), em Brasília, discussão entre estados e governo federal para a construção de um Pacto Federativo pela Promoção da Alimentação Saudável. O objetivo é desenvolver ações voltadas à promoção e ao acesso a alimentos adequados e saudáveis à população.

“Com a saída do Brasil do mapa da fome, segundo a FAO, a agenda que se coloca hoje é qualificar a alimentação que chega à mesa do brasileiro. O maior desafio agora é qualificar a alimentação na mesa do brasileiro”, explicou a coordenadora geral de Educação Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Janine Coutinho.

O debate sobre o pacto, disse ela, é uma oportunidade de trazer a agenda de promoção da alimentação saudável e adequada, com bastante concretude, na consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Durante o encontro, Janine reforçou que a promoção da alimentação adequada tem o objetivo de estimular o consumo de alimentos in natura - minimamente processados -, valorizar a cultura alimentar, tornar os alimentos saudáveis e sustentáveis mais acessíveis à população, fortalecer a agricultura familiar com estímulo às compras públicas e informar e sensibilizar a população para escolhas mais saudáveis e mais adequadas.

Diante desses objetivos, a Caisan Nacional propõe aos estados um pacto que deverá estar orientado em eixos com compromissos intersetoriais para: ações de educação para consumo saudável; ambiente escolar propício para escolhas alimentares saudáveis;

ações de formação e qualificação profissional; ações na rede de saúde, educação e assistência social; e mais acesso a alimentos saudáveis.

A coordenadora destaca que a Caisan Nacional pretende pactuar com os estados ações de educação para o consumo saudável a exemplo da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, que promoveu a alimentação saudável com os alimentos orgânicos e da agricultura familiar durante a Copa do Mundo de 2014. Outra ação, com o mesmo objetivo, será realizada nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro.

O pacto também conta com contribuições do Ministério da Saúde e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O próximo passo é discutir o assunto com outros ministérios como Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente. E, em seguida, iniciar o processo de pactuação com os estados por meio da Caisan Nacional.

---

**Kátia Abreu: Brasil dará grande contribuição para segurança alimentar mundial – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/05/2015**

*Ministra participou de debate na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu*

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou nesta terça-feira (26) de um debate na sessão plenária da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, durante viagem oficial a Bruxelas (Bélgica). Ela reafirmou o compromisso brasileiro em cooperar para a segurança alimentar mundial.

“É uma exigência moral e uma necessidade prática que sejamos capazes de produzir mais e melhores alimentos que sejam acessíveis a todos. Se falharmos nesta tarefa de segurança alimentar global, não teremos como evitar a instabilidade social e política nas regiões mais vulneráveis, com reflexos que se estenderão por todo o mundo”, afirmou a ministra aos parlamentares que integram a comissão.

O debate no Parlamento Europeu faz parte de uma série de compromissos que a ministra está tendo durante viagem oficial à Europa para promover o agronegócio brasileiro. Ela participou no domingo (24), em Paris, da 83ª Sessão Geral da Organização Mundial de Saúde Animal, que formalizou os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como áreas livres de peste suína clássica.

O Brasil, disse a ministra, poderá acrescentar 50 milhões de toneladas na produção de grãos e 8 milhões de toneladas em carnes bovina, suína e de aves. “Temos terras, produtores rurais e tecnologia para continuar aumentando nossa produção”, observou.

Diversos parlamentares fizeram questionamentos a Kátia Abreu. Entre os temas levantados estão produção de transgênicos, mudanças climáticas, reservas indígenas, reforma agrária, subsídios à agricultura, apoio à agricultura familiar, programa Fome Zero e participação dos jovens e das mulheres no campo.

A ministra informou que as áreas indígenas correspondem atualmente a 12% de todo o território brasileiro, com 112 milhões de hectares para uma população de 850 mil indígenas. Disse ainda que, apesar da grande extensão territorial do país - 8 milhões de quilômetros quadrados -, apenas 28% estão efetivamente ocupados com produção rural.

“Descontada toda a área ocupada com cidades, infraestrutura e corpos d’água, que ocupam 11% do nosso território, restam 61% do país que estão inteiramente preservados nos seus biomas originais”, assinalou a ministra.

#### *Área livre*

Kátia Abreu disse que o país está fortemente engajado em dar prosseguimento às negociações para a criação de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Afirmou ser fundamental para a conclusão das negociações que a troca de ofertas de acesso a mercados de bens se concretize “em breve”.

A ministra ainda destacou que irá a Genebra (Suíça) durante sua missão oficial para discutir o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a conclusão da Rodada Doha.

“Darei uma mensagem inequívoca de que o Brasil deseja o fortalecimento do sistema multilateral de comércio incorporado na OMC, a plena integração da agricultura no sistema multilateral e a conclusão da Rodada Doha. A agricultura brasileira, no entanto, não aceitará uma rodada comercial com resultados minimalistas em agricultura”, completou.

---

### **Relatório da FAO destaca avanços do Brasil na luta contra fome e pobreza – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/05/2015**

*Ações de transferência de renda e de segurança alimentar são citadas como exemplo de que a proteção social gera um círculo virtuoso de crescimento inclusivo*

Brasília, 27 – O relatório O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2015, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) nesta quarta-feira (27), destaca os avanços brasileiros na redução do número de pessoas em situação de fome conquistado nos últimos anos. O Brasil é o país, entre os mais populosos, que teve a maior queda de subalimentados entre 2002 e 2014, que foi de 82,1%. No mesmo período, a América Latina reduziu em 43,1% esta quantidade.

Entre os mais populosos, o país também é aquele que apresenta a menor quantidade de pessoas subalimentadas. São 3,4 milhões no Brasil, pouco menos de 10% da quantidade total da América Latina, que é de 34,3 milhões. “O relatório confirma o esforço e reconhece a trajetória do Brasil na ação de redução da pobreza e do combate à fome”, ressaltou a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

“O Brasil, ao contrário de outros países do mundo, sempre foi um grande produtor de alimentos. E, mesmo assim, a população passava fome. O nosso problema não era a disponibilidade de alimentos, o nosso problema era acesso aos alimentos e à renda. E isso conseguimos alcançar com políticas públicas”, explicou.

A publicação aponta também que o país alcançou todas as metas das Nações Unidas em relação à fome. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) era de reduzir pela metade a fome e o da Cúpula Mundial de Alimentação era de reduzir pela metade os números absolutos de subalimentados. O Brasil é um dos 29 países que conseguiram alcançar essas duas metas. “O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que está em processo de formatação, tem o objetivo de reduzir até menos de 5% até 2030. Desde o ano passado, nós já conseguimos alcançar esta meta”, contou a ministra.

As ações de segurança alimentar desenvolvidas e o Programa Bolsa Família foram citados como cruciais para o crescimento inclusivo que o Brasil alcançou. “A proteção social pode estabelecer um círculo virtuoso de progresso à população pobre com melhores salários, empregos e rendas”, destaca o relatório. “Estes programas reduziram significativamente a desigualdade de renda - entre 2000 e 2012, a renda média do quintil [20%] mais pobre da população cresceu três vezes mais rápido que a dos 20% mais ricos.”

A ministra Tereza Campello explica que o país agora enfrenta um novo desafio. “O Brasil saiu do Mapa da Fome. Temos a primeira geração de crianças alimentadas, que estão na escola e não vão repetir a trajetória de seus pais. E nos deparamos com o Brasil vivendo problemas de saúde típicos de países desenvolvidos, como a obesidade. E, principalmente, a obesidade infantil”, destacando que é um dos principais temas que serão tratados pelos governos e sociedade durante a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no segundo semestre deste ano.

Agenda – Na próxima semana, a ministra Tereza Campello apresenta em Milão, na Itália, as experiências brasileiras para a superação da fome e da extrema pobreza, no Seminário Internacional Políticas Sociais para o Desenvolvimento – Edição Especial “Brasil: Superar a Fome é Possível”. Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o apoio do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o evento vai reunir, nos dias 3 e 4, representantes de mais de dez países no Pavilhão Brasil da Expo Milão 2015.

---

**Alimentação saudável e segurança alimentar de povos tradicionais são prioridades para governo federal – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/05/2015**

*Agenda inclui também ações de combate à pobreza e consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*

Brasília, 27 – Combater a obesidade e promover a alimentação saudável, reduzir a insegurança alimentar entre grupos populacionais específicos e reforçar ações de enfrentamento à pobreza no meio rural. Estes são os principais objetivos do governo federal depois de o Brasil - entre os países mais populosos - apresentar a maior queda de subalimentados entre 2002 e 2014, que foi de 82,1%. No mesmo período, a América Latina reduziu em 43,1% esta quantidade.

De acordo com cálculo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apenas 1,7% da população vive, hoje, em insegurança alimentar no Brasil. “Conseguimos reduzir muito o número de pessoas com fome, mas ainda temos um resíduo e temos que zerar este percentual”, destacou o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos.

O secretário explica que o objetivo do MDS é focalizar os territórios habitados por povos e comunidades tradicionais, onde a desnutrição aguda atinge 8% das crianças indígenas e 5,5 % das crianças quilombolas. Para isso, a ampliação e o aprimoramento das políticas de combate à pobreza e de inclusão produtiva rural são fundamentais. Arnoldo lembra que, nos últimos quatro anos, o governo federal criou uma rota de inclusão produtiva, que possibilitou o acesso das famílias mais pobres à água de qualidade, à assistência técnica e recursos, e a canais de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A estratégia fortalece a agricultura familiar, reconhecendo seu importante papel na oferta de alimentos frescos e saudáveis para a população e na promoção da segurança alimentar e nutricional. “Queremos que as famílias produzam mais, melhorem a alimentação e gerem excedentes com qualidade para comercialização.”

A participação em programas de compras públicas de produtos da agricultura familiar, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e a garantia de acesso à água por meio da implantação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva para atender famílias agricultoras do Semiárido continuam na pauta do governo para os próximos anos.

Obesidade – Além das ações de combate à fome e à pobreza, a luta contra a obesidade e as doenças causadas pela má alimentação é outra prioridade para o governo federal. Dados do Ministério da Saúde apontam que, em 2014, 52% da população estavam acima do peso, sendo que 17% já é obesa.

De acordo com o secretário, os números apontam um padrão de vida sedentário aliado ao aumento do consumo de alimentos com alto teor de açúcares, sal e gordura. “Os problemas de saúde não são mais aquelas doenças causadas pela pobreza e pela desnutrição. As pessoas estão ficando doentes pelo que comem. Nós queremos reverter este quadro”, disse.

O desafio agora, explica ele, é diminuir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados e aumentar o consumo de frutas, hortaliças, alimentos in natura e regionais. “Queremos continuar melhorando as condições de vida dos brasileiros”, destacou. Para isso, está na pauta do governo federal a promoção de ações de promoção da alimentação saudável e adequada e de educação alimentar e nutricional que melhorem a qualidade de vida das pessoas e ajudem a prevenir as doenças relacionadas à má alimentação.

Engajamento – Como forma de garantir a qualidade da alimentação dos brasileiros, o secretário Arnoldo de Campos ressaltou a importância da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) para garantir o Direito Humano



à Alimentação Adequada. “O Sisan é o instrumento para conquistar estes objetivos porque é uma ação intersetorial. Não há como não trabalhar somente com a área da saúde, sem passar pela educação, sem a disponibilização dos alimentos saudáveis”, afirmou. “Os territórios de insegurança alimentar estão nos estados e nos municípios. Se não tiver engajamento deles, não é somente o governo federal que irá resolver o problema”, disse.

---

### **Número de pessoas que passam fome no mundo cai para 795 milhões. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 27/05/2015**

SÃO PAULO - O número de pessoas que passam fome no mundo caiu para 795 milhões, 216 milhões a menos que no início dos anos 1990, aponta anuário sobre o tema publicado hoje pela FAO, braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação.

Conforme a edição de 2015 do tradicional anuário da FAO (“The State of Food Insecurity in the World”), em regiões em desenvolvimento a proporção de pessoas incapazes de consumir alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável diminuiu para 12,9% da população total, ante 23,3% há 25 anos.

Ainda que as quedas identificadas pela FAO tenham relação com o avanço das condições econômicas e sociais sobretudo nos países mais pobres nesses últimos anos — notadamente na América Latina —, a continuidade dessa tendência de melhora ainda encara, em muitos países, desafios como eventos climáticos extremos, desastres naturais e instabilidades políticas.

Na África, por exemplo, 24 nações atualmente enfrentam crises alimentares, duas vezes mais que em 1990.

Conab, título 86.

---

### **Relatório final do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional está disponível online – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/05/2015**

*Pesquisa feita em 1.628 municípios é referência para melhorar as políticas públicas nos municípios brasileiros*

Brasília, 28 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibilizou a versão final do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional 2014 (MapaSAN). O documento retrata a situação atual do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) em 1.628 municípios, 23 estados e no Distrito Federal, que participaram da pesquisa. O documento mostra ainda as ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos, o estudo é um suporte para os governos federal e estaduais identificarem os desafios nas diferentes áreas relacionadas ao tema. “Com base nessa pesquisa, vamos melhorar a política pública para os municípios. Essa pesquisa vai nos ajudar a entender as necessidades do município e fortalecê-los como um agente promotor da SAN”,

ressaltou.

No início do ano, o MDS já havia divulgado os resultados preliminares do estudo, que teve a finalidade de reunir informações sobre as estruturas existentes, relacionadas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O relatório final apresenta mais detalhes sobre as ações desenvolvidas nos municípios. “Neste segundo momento, fizemos uma análise mais criteriosa. Questões que dizem respeito às ações de SAN, que incluem perguntas referentes ao PAA, cisternas e agricultura urbana, foram incluídas”, explicou o coordenador-geral substituto de Apoio à Implantação do Sisan do MDS, Élcio Magalhães.

---

### **Teresina promove conferência municipal para discutir políticas de segurança alimentar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/05/2015**

*Evento na capital piauiense nesta quinta-feira (28) é preparatório para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*

Brasília, 28 – Pela promoção de uma alimentação saudável e adequada, o município de Teresina (PI) promove nesta quinta-feira (28) a 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento será realizado das 8h às 17h, no auditório do Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Piauí (Sebrae). Os debates são preparatórios para a 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), marcada para novembro, em Brasília, com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.

Durante o evento na capital piauiense, Ana Flávia Souza, analista técnica de políticas sociais da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, vai apresentar os avanços conquistados nos últimos anos no combate à fome. “A intenção das reuniões municipais é chegar cada vez mais perto da população no processo de conscientização da importância de uma alimentação saudável e no combate à obesidade”, disse. Segundo Ana Flávia, a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) está na pauta da conferência.

Qualquer pessoa pode participar da conferência municipal. São esperados representantes do poder público e de entidades da sociedade civil que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Durante o encontro, serão escolhidos os delegados para participar da 5ª Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

A 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será promovida entre os dias 3 e 6 de novembro, com a participação dos governos municipais, estaduais e federal, e da sociedade civil. A conferência deve contribuir para a construção de um balanço participativo da condição da segurança alimentar no país e também propor ações que promovam avanços na implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e na consolidação do Sisan.

Antes do encontro nacional, prefeituras e governos estaduais promoverão as conferências municipais, regionais ou territoriais e as estaduais. As conferências

municipais devem ser realizadas até o dia 30 de junho. Já os estados devem realizar os encontros até 15 de agosto.

---

**Mais 18 municípios do Paraná aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/05/2015**

*Agora são 795 municípios e 24 estados aptos a operar o novo modelo do programa, que trouxe execução mais ágil e simplificada das ações*

Brasília, 29 – As prefeituras de Alto Piquiri, Araruna, Conselheiro Mairinck, Iracema do Oeste, Jaboti, Leópolis, Paula Freitas, Palmas, Pérola, Pinhalão, Nova Olímpia, Rio Azul, Salto do Itararé, Santa Isabel do Ivaí, Tapejara, Tibagi, Tomazina e União da Vitória, todas no Paraná, firmaram compromisso com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os termos de adesão foram publicados nesta sexta-feira (29), no Diário Oficial da União. Agora são 24 estados e 795 municípios que já aderiram à modalidade Compra com Doação Simultânea. Desses, 66 são paranaenses.

Na Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são distribuídos às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, sem haver repasse de recursos para governo estaduais e municipais. Os gestores públicos operam o PAA, com a articulação junto aos produtores, recebimento e distribuição dos alimentos e lançamento da nota fiscal no sistema operacional do programa.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo deverão possuir um plano operacional que definirá os limites financeiros e metas para consolidar uma proposta de participação no programa.

Serão definidos também os parâmetros de execução que prioriza a participação de agricultores familiares em situação de pobreza, a participação de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais, garantindo a transparência e a segurança na execução.

---

**MDS disponibiliza R\$ 34,9 milhões para continuidade do PAA em 74 municípios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 29/05/2015**

*Gestores têm 60 dias para pactuar os limites financeiros propostos para a execução da modalidade Compra com Doação Simultânea*

Brasília, 29 - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai investir R\$ 34,9 milhões para adquirir alimentos de 7 mil agricultores familiares de 74 municípios em 14 estados. Os municípios, que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), já podem pactuar os limites e metas para a execução da modalidade de Compra com Doação Simultânea para os próximos 12 meses.

A portaria com as metas e limites de execução foi publicada na quinta-feira (28), no Diário Oficial da União. O coordenador-geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar do MDS, Paulo Alves, explica que as prefeituras têm 60 dias para realizar o aceite dos limites e metas propostas. A manifestação deve ser feita por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações para a elaboração do plano operacional no Sistema Informatizado do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA).

Após o aceite e aprovação do Plano Operacional, o gestor deve elaborar uma proposta de participação cadastrando os agricultores familiares, os produtos, as entidades receptoras e a definição de preços dos produtos. “Depois da avaliação dessa proposta, as unidades poderão iniciar a execução após a emissão dos cartões bancários para os agricultores. Esses são utilizados para o saque dos recursos ou compra na modalidade débito em conta”, detalha Paulo.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares na modalidade Compra com Doação Simultânea são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa